

AVALIAÇÃO COGNITIVA INFORMATIZADA NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS: CAMINHOS PARA A IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Claudiane Gonçalves de Pinho Santos¹.

¹Pedagoga. Licenciada em Geografia. Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Supervisão Escolar e Psicomotricidade. Mestranda em Educação. Escritora.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação cognitiva. Psicopedagogia. Tecnologia educacional.

DOI: 10.47094/ICOLUBRAPECI.2026/RE-23

INTRODUÇÃO

A educação básica pública brasileira convive com um paradoxo: as políticas nacionais de alfabetização e aprendizagem avançaram significativamente nos últimos anos — com marcos como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a Base Nacional Comum Curricular —, mas a identificação precoce das dificuldades de aprendizagem que impedem muitos estudantes de avançar permanece um ponto frágil, especialmente nas redes municipais de pequeno porte.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2023) evidenciam que mesmo após o processo formal de alfabetização, uma parcela significativa das crianças não atinge os níveis esperados de proficiência em leitura, escrita e matemática. Essa realidade aponta para a necessidade urgente de instrumentos que permitam identificar, de forma precoce e precisa, quais habilidades cognitivas estão comprometidas — e orientar intervenções pedagógicas eficazes antes que as dificuldades se tornem obstáculos intransponíveis.

OBJETIVO

Analisar o potencial da avaliação cognitiva informatizada como instrumento para identificação precoce de dificuldades de aprendizagem nas escolas públicas municipais brasileiras, evidenciando seus benefícios para a qualidade do ensino na educação básica, com foco especial nos municípios de pequeno porte.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos

descritivos e analíticos. Adota como procedimentos a revisão bibliográfica e documental, com análise do referencial teórico da neuroeducação — especialmente a coleção Caminhos Neuroeducativos (Hennemann; Eugênio, 2024) —, do modelo RTI (Response to Intervention), de dados do INEP sobre desempenho escolar e de estudos sobre avaliação informatizada na neuropsicopedagogia clínica (Hennemann; García Rodríguez, 2025). A análise é orientada pela perspectiva da gestão educacional municipal inclusiva e da psicopedagogia institucional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

Neuroeducação e identificação precoce

A neuroeducação, como campo transdisciplinar que articula neurociência, psicologia cognitiva e pedagogia, tem demonstrado que dificuldades de aprendizagem frequentemente decorrem de habilidades cognitivas específicas não desenvolvidas — e não de déficit de inteligência ou falta de esforço (Hennemann; Eugênio, 2024). Habilidades como memória operacional, atenção sustentada, consciência fonológica, discriminação visual e cognição numérica constituem os alicerces sobre os quais o aprendizado da leitura, escrita e matemática se constrói. Quando essas bases não estão consolidadas, as dificuldades se acumulam silenciosamente, muitas vezes sendo confundidas com desinteresse ou indisciplina.

O modelo RTI orienta que a intervenção deve ser precoce, progressiva e baseada em dados objetivos de rastreio, estruturada em três níveis: intervenção universal para todos os alunos, intervenção direcionada para grupos com dificuldades identificadas e intervenção intensiva e individualizada para casos que não respondem às etapas anteriores (Hennemann; Eugênio, 2024).

Avaliação cognitiva informatizada como estratégia de rastreio

Plataformas digitais de avaliação cognitiva permitem mapear habilidades cognitivas em múltiplos domínios — memória, atenção, planejamento, leitura e escrita, habilidades visuais e matemática — com tempo médio de aplicação de 10 a 15 minutos por instrumento, gerando relatórios automatizados em tempo real (Hennemann; Eugênio, 2024). Estudo com 45 profissionais da neuropsicopedagogia clínica demonstrou que 73,81% destacaram a facilidade de uso de plataformas informatizadas e 69,05% as descreveram como eficientes, com alto índice de satisfação quanto à qualidade dos relatórios gerados (Hennemann; García Rodríguez, 2025). A interface gamificada favorece o engajamento das crianças e reduz a ansiedade durante a avaliação — fator especialmente relevante em contextos escolares públicos.

A psicopedagogia institucional como elo entre avaliação e prática pedagógica

A presença do psicopedagogo institucional nas escolas públicas representa um avanço significativo para as redes municipais de pequeno porte. Esse profissional atua como elo entre os dados gerados pela avaliação cognitiva e a prática pedagógica cotidiana dos professores, traduzindo informações técnicas em estratégias de ensino acessíveis e aplicáveis em sala de aula.

Quando a avaliação cognitiva informatizada é aplicada diretamente nas escolas e seus resultados são analisados por profissional especializado junto à equipe escolar, cria-se um ciclo virtuoso: identificação precoce, intervenção orientada, monitoramento do progresso e ajuste contínuo das estratégias pedagógicas — exatamente o que o modelo RTI propõe. Os benefícios são concretos e mensuráveis: redução das taxas de reprovação e evasão, melhora nos indicadores de alfabetização, maior segurança dos professores para atender à diversidade de perfis cognitivos em sala de aula e fortalecimento da cultura institucional de avaliação como instrumento de melhoria pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação cognitiva informatizada representa um caminho concreto para democratizar o acesso à identificação precoce de dificuldades de aprendizagem nas escolas públicas municipais brasileiras. Não se trata de substituir o professor — trata-se de dotá-lo de informações precisas sobre cada aluno, para que sua prática pedagógica seja mais intencional, mais eficaz e mais justa.

A tecnologia, nesse contexto, não é um fim em si mesma: é um instrumento a serviço do direito de aprender. Quando esse instrumento é integrado à formação docente e à intervenção pedagógica especializada, transforma-se em política pública de qualidade — acessível, mensurável e replicável em qualquer município do Brasil.

REFERÊNCIAS

HENNEMANN, Ana Lucia; EUGÊNIO, Tiago J. B. **Identificação precoce das dificuldades e transtornos de aprendizagem**. Coleção Caminhos Neuroeducativos, v. 1. São Paulo: Évora, 2024.

HENNEMANN, Ana Lucia; GARCÍA RODRÍGUEZ, Deysi Emilia. Avaliação informatizada na neuropsicopedagogia clínica: percepções sobre o uso da Plataforma Clickneurons. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 1-20, maio/jun. 2025.

INEP. **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.

INEP. **Estado comprometido com a alfabetização**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/avaliacao_da_alfabetizacao/brasil.pdf. Acesso em: maio 2026.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEUROPSICOPEDAGOGIA. **Resolução SBNPp nº 05/2021**: Código de Ética Técnico-Profissional da Neuropsicopedagogia. Joinville: SBNPp, 2021.